



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ALAGOAS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Genivaldo Damasceno Santos Júnior – UFAL
Maria Lúcia da Silva Ribeiro – UFAL
Sanielma Lessa da Silva – UFAL
Celi Nelza Zulke Taffarel – UFBA/UFAL/UESC

RESUMO

A partir do número de alunos matriculados em cursos de graduação em Educação do Campo (E.C) – formação de professor no Brasil julgamos necessário levantar informações acerca da formação no Estado de Alagoas. Os dados da presente pesquisa foram coletados no sistema e-MEC e nos sites das IES de Alagoas. Constatamos que em Alagoas a oferta da especialização em E.C: 67% são em IES presencial privada, 22% IES EaD privada, 11% IES pública presencial. Nenhuma IES pública oferta E.C na modalidade EaD. A oferta de graduação em E.C, não foi localizada. Foi identificada uma resolução “Ad referendum” do projeto pedagógico do curso de licenciatura em Educação do Campo – agroecologia da UFAL na modalidade presencial. Conclui-se que Alagoas necessita investir na formação inicial e continuada de professores da E.C nas IES públicas, pois, diante das necessidades dos povos camponeses, não dá para continuar negando essa formação.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação do Campo; Alagoas.

INTRODUÇÃO

Localizado na região Nordeste do Brasil, Alagoas ocupa uma área de 27.848,140 km² e uma população de 3.127.511 de pessoas, e possui 102 municípios (BRASIL, 2024a). De acordo com o Censo da Educação Superior 2022/MEC/INEP (Brasil, 2024b), o Brasil registrou 8.368 alunos matriculados em cursos de graduação em Educação do campo – formação de professor. Assim, julgamos ser necessário levantar dados acerca desta formação, inicial e continuada em Educação do Campo (E.C) em Alagoas, suas modalidades presencial ou Educação à Distância (EaD), e as Instituições de Ensino Superior (IES), bem como as problemáticas acerca da E.C. Os dados desta pesquisa foram coletados no sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil (e-MEC) e nos sites das IES de Alagoas. Elaboramos gráficos e quadros para realizar as análises. No Brasil, a região norte tem a maior concentração de cursos na modalidade presencial em E.C (16 cursos), e a região centro-oeste a menor (05 cursos).

Em Alagoas a oferta da especialização em E.C: 67% são em IES presencial privada, 22% IES EaD privada, 11% IES pública presencial. Nenhuma IES pública oferta E.C na



XXII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

modalidade EaD. Alagoas necessita investir na formação inicial e continuada de professores da E.C, pois, não dá para continuar negando essa formação. Essa negação da formação da E.C corrobora com Arroyo (2007), onde o autor ao analisar o histórico brasileiro mostra que não há “uma tradição nem na formulação de políticas públicas, nem no pensamento e na prática de formação de profissionais da educação que focalize a educação do campo e a formação de educadores do campo como preocupação legítima”. (Arroyo, 2007, p.158).

METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como fonte dados o sistema e-MEC – janeiro/2024. Para coleta realizamos as seguintes etapas: 1. Localizamos as IES do Brasil que ofertavam cursos de licenciatura em E.C; 2. Transportamos os dados para planilhas do *Excel*, as quais viraram quadros e gráficos; 3. Selecionamos os cursos de E.C de acordo com as regiões brasileiras e sua categoria administrativa; 4. Selecionamos os cursos de E.C de Alagoas (graduação e especialização e sua categoria administrativa; e modalidade de ensino). 4. Construímos quadros de análises com: cursos de especialização em E.C em Alagoas; especialização em E.C das IES com e sem fins lucrativos; especialização em E.C das IES pública e EaD em Alagoas e IES privada na modalidade EaD. Também consultamos os sites da IES de Alagoas para confirmar as ofertas dos cursos informados no e-MEC. Após toda categorização dos dados, realizamos as análises objetivando constatar a realidade da E.C em Alagoas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei nº 9.394/96, em seu artigo 28, trata sobre a educação básica para a população rural. A referida lei não coloca o termo “educação do campo”, mas sim, o termo educação básica para a população rural, e só reforça o que Kolling, Cerioli e Caldart (2002) apontam, que “na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os sujeitos do campo” (Kolling, Cerioli; Caldart, 2002, p. 19).

Segundo Arroyo (2007), “o campo e seus povos, a agricultura e tradição camponesas, as formas de vida, saberes, cultura desses povos são vistos como uma espécie em extinção frente ao agronegócio” (Arroyo, 2007, p.170). Essa é a visão daqueles que valorizam o avanço do capital sobre a agricultura familiar. Cabe aos educadores e estudantes lutar para que essa “ausência de políticas explícitas de educação dos povos do campo” seja modificada



XXII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (ENEDC) (Arroyo, 2007, p. 171). A Caldart (2009) destaca que “os protagonistas do processo de criação

da Educação do campo são os ‘movimentos sociais camponeses em estado de luta’, com destaque aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária e particularmente ao MST” (Caldart, 2009, p. 40-41). Portanto, espera-se que nas decisões referentes à E.C, os povos campesinos sejam ouvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Localizamos 69 cursos de graduação em E.C cadastrados no e-MEC no Brasil, 04 (quatro) estão extintos e 06 (seis) em extinção, totalizando 59 em atividade. Não localizamos nenhum no formato EaD. E, uma possível justificativa para esse fato ter ocorrido, é que eles (os cursos) são mantidos por universidades públicas federais e/ou estaduais. Na região centro-oeste 05 (cinco) cursos cadastrados, todos em atividade; nordeste, 14 sendo 01 em extinção; norte 22 sendo 02 (dois) em extinção e 04 extintos; sudeste, 12 todos em atividade e no Sul 16 (dezesesseis), sendo 03 (três) em extinção.

A resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Em seu artigo 16, a BNC–formação aponta que “as licenciaturas voltadas especificamente para a docência nas modalidades de Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, devem ser organizadas de acordo com as orientações desta Resolução [...]” (Brasil, 2024c). Em nossas análises este documento não atende as necessidades concretas que a educação brasileira precisa para superar o retrocesso dos últimos anos.

Para Taffarel (2021) “a nova Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) traz embutido o esvaziamento teórico e a eliminação de conhecimentos clássicos, alinhando a política educacional da educação básica ao modo de produção capitalista” (Taffarel, 2021, s/p). A BNC–Formação, segundo Taffarel (2021) “está alinhada ao modo de produção capitalista e deve ser contestada” e que essa questão “diz respeito à destruição de forças produtivas, de desvalorização do trabalho docente, então não pode ser um assunto restrito ao ambiente acadêmico” (Taffarel, 2021, s/p). A autora fez essas colocações em uma palestra online no *youtube*¹, onde tratava sobre as novas diretrizes da

¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X0okG-V25pc>>. Acesso em: 20 jan. 2024.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Corroboramos com a posição da Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação-ANFOPE, quando a entidade defende “uma formação de qualidade para os profissionais da educação, socialmente referenciada, indissociável de sua valorização, ancorada em uma proposta democrática e coletiva, historicamente construída [...]” (ANFOPE, 2021, p. 25).

Os cursos de graduação em licenciatura em E.C no Brasil, (janeiro/2024), tivemos 88% (59) IES Pública Federal; 10% (7) IES Pública Estadual; 2% IES Pública Municipal e 0% IES Privada. Em Alagoas, nenhum curso de graduação ativo. No site UNEAL² constatamos que no passado a IES ofertava a Licenciatura em E.C através do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) que tinha como objetivo apoiar a “implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país” (Brasil, 2024d, s/p).

Encontramos uma resolução da Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Resolução Nº 123/2023-CONSUNI/UFAL, de 19 de dezembro de 2023), a qual através do art. 1º destaca que a referida resolução aprova o Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Agroecologia vinculado ao Campus do Sertão na modalidade presencial. Ao analisar a especialização do campo em Alagoas, constata-se que somente 04 (quatro) IES têm registro de egressos, totalizando 247 egressos. Sendo 47 de IES pública e 200 da rede privada. Em relação à categoria administrativa, são registrados em Alagoas 08 (oito) cursos ativos de especialização em E.C na rede privada e 01 (um) na pública (UNEAL). Na especialização em E.C em Alagoas, 67% das IES é presencial privada, 22% IES EaD privada, 11% IES pública presencial e 0% em IES EaD pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados das IES públicas de Alagoas, faz-se necessário investir na formação inicial e continuada de professores que atuam e/ou atuará na Educação do/no Campo, pois, a partir das necessidades dos povos camponeses, não dá para continuar negando essa formação. Há predominância da iniciativa privada na especialização em E.C, fato que não ocorre na graduação. Alagoas poderá ofertar também formação de educadoras e educadores do campo como as que acontecem, por exemplo, nos cursos “Pedagogia da Terra, [...] onde possam fazer reflexão sobre a prática educativa dos movimentos” e oferecer novos “horizontes para

² Universidade Estadual de Alagoas. PROCAMPO. Disponível em: < <http://www.uneal.edu.br/programas/procampo>>. Acesso em: 23 jan. 2024.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA, REFLEXÃO E CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES(AS) DO CAMPO” (Arroyo, 2007, p. 175). E que as formações possam fornecer aos docentes “indagações instigantes para superar estilos ultrapassados e para interrogar os currículos, as políticas e as concepções de formação de profissionais da educação básica” (Arroyo, 2007, p. 175). Investir nas escolas do/no campo também deve ser um objetivo, para atender as necessidades do meio campesino.

REFERÊNCIAS

ANFOPE. (Final do XX Encontro Nacional). **Política de formação e valorização dos profissionais da educação: resistências propositivas à BNC da Formação inicial e continuada.** Disponível em: < <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/04/20%E2%81%B0-ENANFOPE-%E2%80%93-Documento-Final-2021.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores(as) do campo.** Caderno Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL(a). **Histórico.** Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/historico>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL(b). **Censo da Educação Superior 2022.** Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL(c). **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL(d). **Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo).** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/320-programas-e-aco-es-1921564125/procampo-1732891837/12394-programa-de-apoio-a-formacao-superior-em-licenciatura-em-educacao-do-campo-procampo-1>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CALDART, R. S. **Educação do campo:** notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2024.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo:** identidade e políticas públicas, Brasília, DF: articulação nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2002.

TAFFAREL, C. N. Z. **Adupe promove debate sobre novas diretrizes da formação de professores da educação básica (2021).** Disponível em: < <https://www.adupe.org/adupe-promove-debate-sobre-novas-diretrizes-da-formacao-de-professores-da-educacao-basica/>>. Acesso em: 21 jan. 2024.